

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

<b>CONGRESSO NACIONAL</b>
<b>Plenário – 26/04</b>

O Congresso Nacional se reúne na quarta-feira (26), ao meio-dia, para analisar uma pauta extensa com 26 vetos e projetos de lei que abrem espaço para o reajuste de servidores e o pagamento do Bolsa Família e do piso da enfermagem. Além desses itens, há expectativa sobre a leitura do requerimento que pede a instalação da CPI mista para investigar as invasões ocorridas em 8 de janeiro, quando os prédios dos três Poderes foram depredados. Marcada para o meio-dia, esta será a primeira sessão conjunta para votação de proposições neste ano.

**Resultado:** O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, fez a leitura do requerimento de instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para apurar os fatos que levaram à invasão das sedes dos três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro. Com a leitura, que ocorreu na sessão conjunta do Congresso nesta quarta-feira (26), o próximo passo é o entendimento do presidente com a Secretaria-Geral da Mesa para definir a proporcionalidade da composição da comissão, de acordo com o tamanho das bancadas e blocos partidários. O requerimento foi apresentado pelo deputado André Fernandes (PL-CE) e contou com o número regimental para sua apreciação. Para ser instalada, uma CPMI precisa ser requerida por, no mínimo, um terço da Câmara (171 deputados) e um terço do Senado (27 senadores).

Senadores e deputados federais aprovaram, em sessão do Congresso Nacional nesta quarta-feira (26), quatro projetos de lei que destinam mais de R\$ 94 bilhões, neste ano, para investimentos em ciência e tecnologia, reajuste dos servidores federais, pagamento do Bolsa Família e do piso nacional da enfermagem. Por acordo, os congressistas também votaram dez vetos, mas apenas dois foram derrubados.

Durante a sessão do Congresso, foi derrubado o Veto 61/2022, que trata de crédito consignado de servidores públicos. Também foi derrubado o voto 59/2022, que impediu totalmente a sanção do projeto que concede dedução no Imposto de Renda às doações feitas a programas voltados a pacientes com câncer e às pessoas com deficiência. Os parlamentares votaram pela manutenção de oito vetos.

## SENADO FEDERAL

Plenário – 25 a 27/04

O Plenário do Senado Federal agendou sessões na pauta da semana e entre os projetos, destaca-se o PLC 49/2018, que Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

**Resultado:** A atual taxa básica de juros (Selic) em 13,75%, a capacidade de crescimento do país, expectativas inflacionárias e novo arcabouço fiscal foram alguns dos temas predominantes na sessão de debates no Plenário do Senado desta quinta-feira (27), que contou com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, além de economistas e representantes do setor produtivo. A sessão foi realizada por solicitação do presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco.

### Comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais – 25/04 – 09h– Plenário 15

Ouvir o Ministro de Estado Wellington Dias do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para informar sobre as ações da respectiva pasta ministerial.

**Resultado:** Realizada.

**Comissão de Segurança Pública – 25/04 – 10h – Plenário 09**

Audiência pública p Projeto de Lei nº 1496 de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados". Entre os convidados, destacam-se:

- Mauro Pereira Martins, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e Presidente da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública do Conselho Nacional de Justiça - CNJ);
- Ronaldo Carneiro da Silva Júnior, Coordenador do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos;
- Fabiana Costa Oliveira Barreto, Promotora de Justiça e Coordenadora de Recursos Constitucionais da Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT.

**Resultado:** Realizada.

**Comissão de Constituição e Justiça – 26/04 – 10h– Plenário 03**

**ITEM 1 – PL 2969/2022**, que dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador da Justiça Militar, em cargos de Promotor da Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar; e altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

O relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, apresentou parecer Favorável ao Projeto.

**Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. Matéria segue para análise no Plenário do Senado.

**ITEM 4 – PL 3283/2021**, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

O relator, Senador Jorge Kajuru, ainda irá apresentar seu parecer.

**Resultado:** Vistas coletiva.

**ITEM 8 – PEC 10/2022**, que altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

A relatora, Senadora Daniella Ribeiro, apresentou parecer favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo.

**Resultado:** Vistas coletiva.

### **EXTRAPAUTA**

**PL 1307/2023**, que altera a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar a conduta de obstrução de ações contra o crime organizado.

O relator, senador Marcio Bittar, apresentou parecer pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 01, 03 a 06, 08 e 10-CSP, com a emenda apresentada, restando prejudicadas as Emendas nºs 02, 07, 09 e 11- CSP

**Resultado:** Vistas coletiva.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Plenário – 25 a 27/04**

A pauta ainda não foi disponibilizada. Todavia, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reafirmou que o projeto sobre o combate às fake news (PL 2630/20) será incluído na pauta de votações desta semana. O relator do PL das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), está negociando o texto com as lideranças e o governo. Os deputados deverão analisar o requerimento de urgência – que permite a inclusão do texto na ordem do dia e depende do aval de 257 deputados – para então votar o texto. No ano passado, a urgência foi rejeitada por 7 votos.

Ainda de acordo com o presidente da Câmara, ele disse ainda deverão ser discutidos projetos que querem anular os decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para revisar o marco regulatório do saneamento.

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (25), por 238 votos a 192, o pedido de urgência para análise do PL das fake news. A proposta cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Após acordo anunciado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), os líderes decidiram votar urgência e a análise do mérito ficou para a próxima semana. A medida foi articulada para que o relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), possa negociar as mudanças propostas pelos partidos.

O relator já divulgou uma primeira versão do parecer, para acessa [clique aqui](#).

**Comissão de Constituição e Justiça – 25/04, às 14h e 26 e 27/04, às 10h – Plenário 1**

**ITEM 11 – PEC 9/2023**, que "altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais". O relator, Diego Coronel, apresentou parecer pela admissibilidade da matéria.

**Resultado:** Não deliberado. A matéria não chegou a ser discutida na comissão em virtude da obstrução realizada pelos partidos contrários ao projeto.

**Comissões de Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais e de Legislação Participativa – 25/04 – 15h – Plenário 1**

Audiência sobre violações contra os povos indígenas durante a ditadura militar. Foram convidados:

- Marcelo Zelic, representante da Comissão de Justiça de Paz de São Paulo e idealizador do Armazém Memória;
- **Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República;**
- Representante do Ministério dos Povos Indígenas;

- Joenia Wapichana, Presidenta da FUNAI;
- Kléber Karipuna, Coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; (APIB).

**Resultado:** Realizada.

**Comissão de Agricultura – 26/04 – 10h – Plenário 06**

Audiência com Comparecimento do Ministro Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

**Resultado:** Realizada.

**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – 26/04 – 10h – Plenário 09**

Comparecimento do Ministro Carlos Lupi, Ministério da Previdência Social, para tratar de temas relacionados a pasta para 2023.

**Resultado:** Realizada.

**Comissão de Direitos Humanos – 26/04 – 14h – Plenário 14**

Audiência sobre recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Entre os convidados, destacam-se:

- Sílvio Almeida, Ministro de Estado do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- Representante do Ministério dos Povos Indígenas;
- André Carneiro Leão, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos;
- Eneá Stutz e Almeida, Presidente da Comissão de Anistia;
- **Eugênia Augusta Gonzaga, Procuradora Regional da República e representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal;**
- Nilmário Miranda, Chefe da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

**Resultado:** Realizada.